

Trabalho Infantil - Diagnóstico Brasil e a Região Sul

Paula Montagner
Dezembro/ 2014

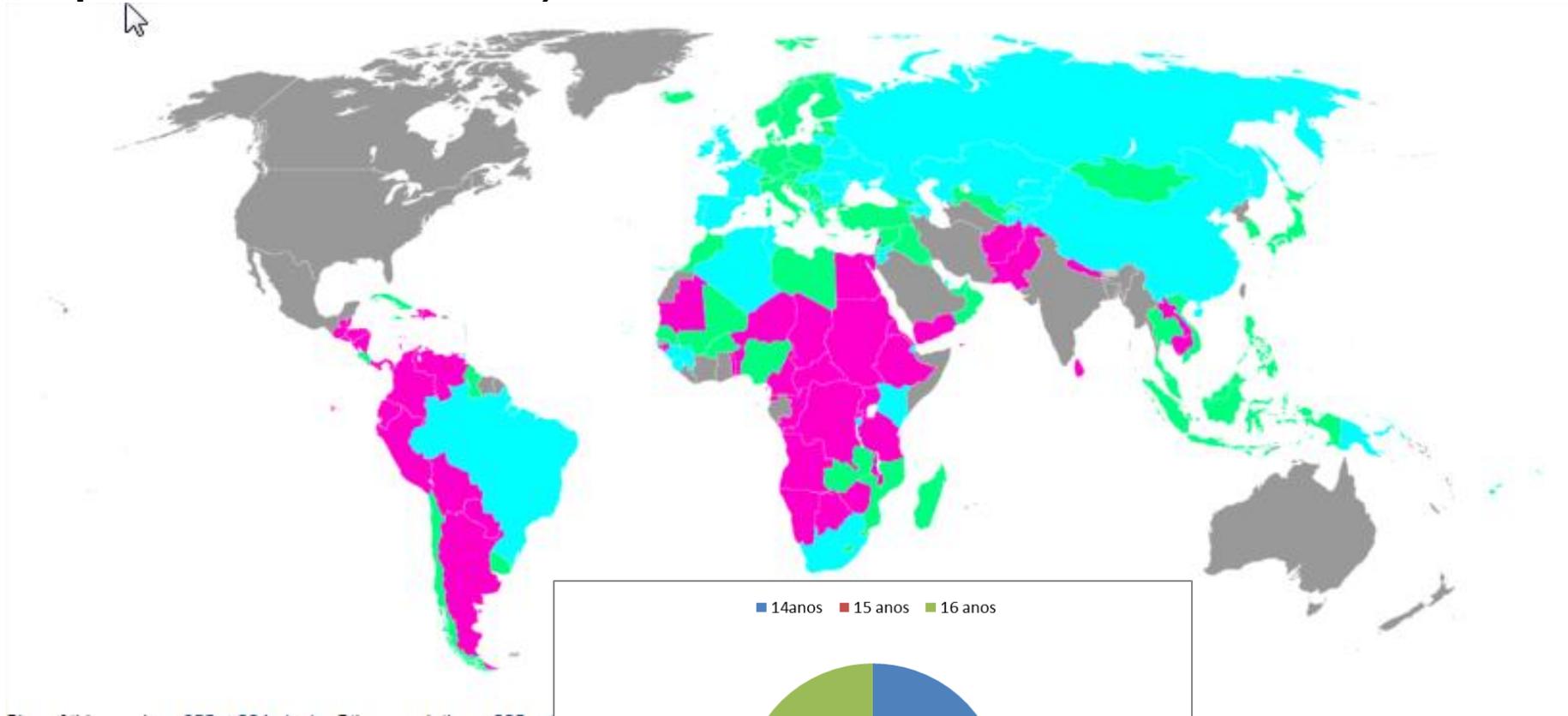
A Organização Internacional do Trabalho - OIT tem sido a principal promotora da implementação de ações restritivas ao trabalho infantil, principalmente pela busca de ações no âmbito das :

CONVENÇÃO 182 , Convenção sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil (de junho de 1999), e da **CONVENÇÃO 138**, Convenção sobre a idade mínima para a admissão ao trabalho

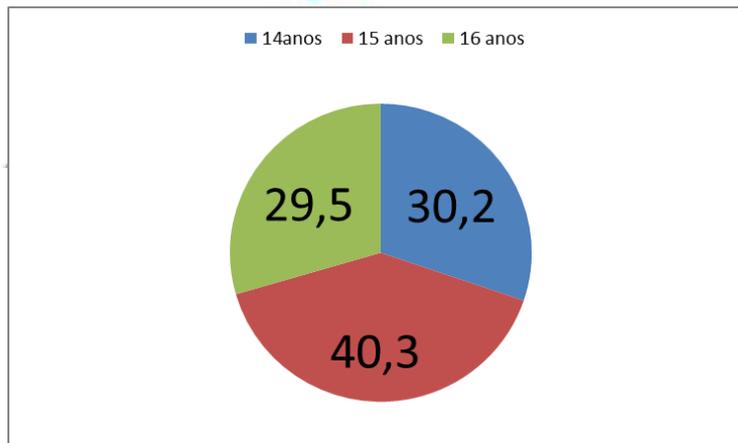
A adesão internacional

- Em outubro de 2014
 - A maior parte dos países ratificou a Convenção 182 (faltam **6** países), mas não há uniformidade sobre a regulamentação das piores formas de trabalho infantil;
 - Em relação à Convenção 138 (não assinaram **18** países) sobre idade mínima
 - A definição de idade mínima para admissão ao trabalho oscila entre 14 e 16 anos: 29% deles a idade mínima é de 16 anos (ver mapa 1)

Mapa1 - Idade Mínima para Trabalhar – Convenção 138 (168 de 187 países membros da OIT)



Fonte: OIT



No Brasil:

A Constituição Federal (de 1988) define a idade mínima para o trabalho como - 16 anos

- **Até 13 anos** – vedado qualquer tipo de trabalho
- **De 14 e 15 anos** - é permitido trabalho **exclusivamente** na condição de jovem aprendiz
- **De 16 a 17 anos** - é permitido, com carteira de trabalho assinada e com restrições às piores formas.

Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP) regulamentada pelo Decreto nº 6481 (jun./2008) definida no âmbito da CONAETI + **Proibição de trabalho noturno para pessoas com menos de 18 anos** (artigo 7º, inciso IX da Constituição)

Piores Formas de Trabalho Infantil no Brasil

Inclui toda forma de :

- Exploração do tráfico de crianças e adolescentes (artigo 239 do [Estatuto da Criança e do Adolescente](#) - ECA);
- Exploração sexual comercial (artigo 244-A do ECA)
- Exploração de crianças e adolescentes em conflitos armados;
- Exploração pelo exercício de Trabalho Perigoso
 - **90** atividades que envolvem prejuízo à saúde e à segurança física de crianças e adolescentes (inclusive serviço doméstico)
 - Trabalhos prejudiciais à moralidade.

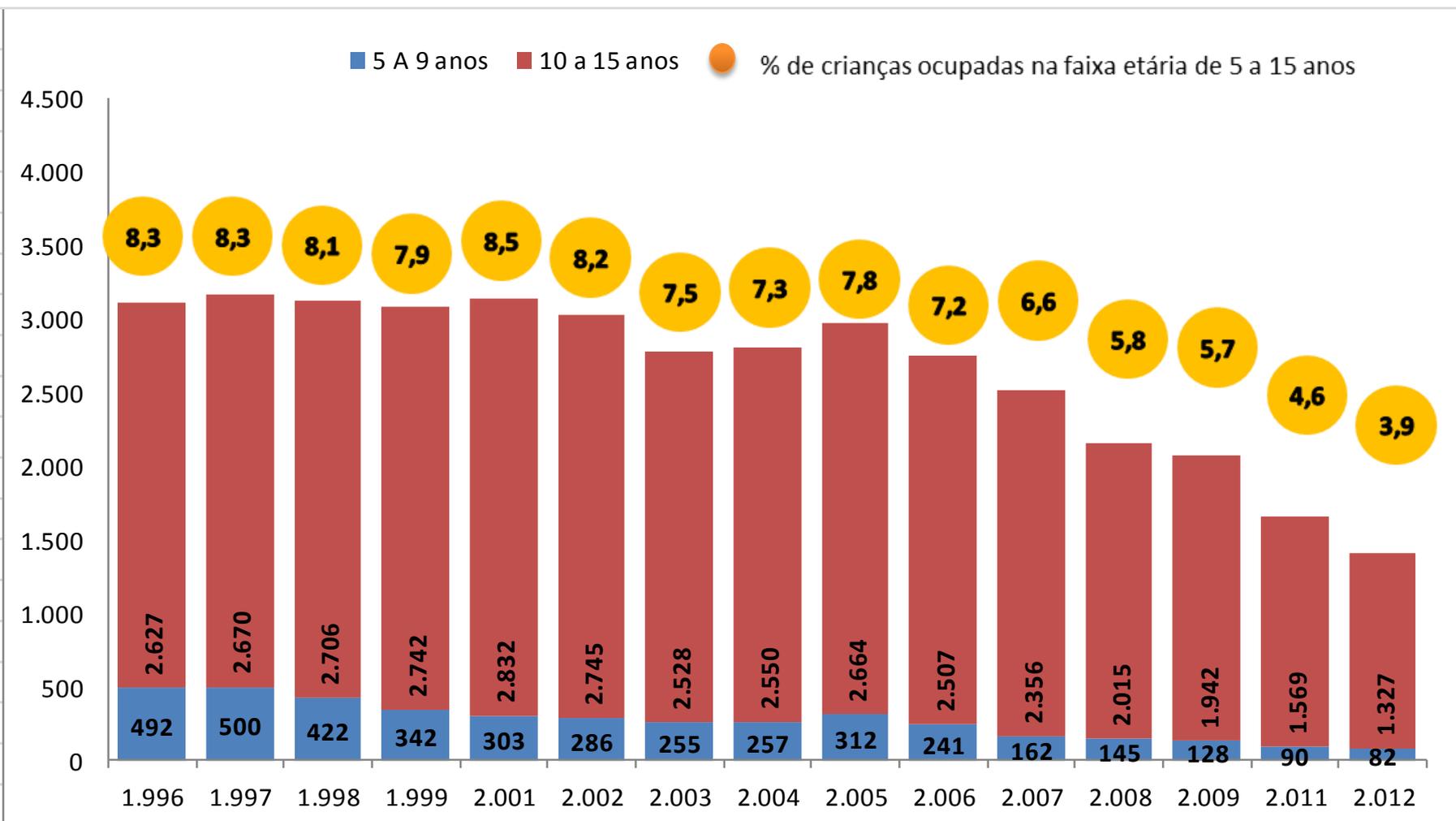
A Constituição Federal, no seu artigo 7º, inciso IX, estabelece que:

- **HORÁRIO NOTURNO é proibido para pessoas com até 18 anos. Considerando que:**
- nas atividades urbanas - entre 22:00 h e 5:00 hs
- nas atividades rurais:
 - na lavoura , das 21:00 horas às 5:00 horas , e
 - na pecuária, das 20:00 horas às 4:00 horas do dia seguinte.

Papel da articulação CONAETI

- Formada com representação de representantes de ministérios, representantes de trabalhadores, dos empregadores e da sociedade civil
- **2 Plano Nacional da Erradicação do Trabalho Infantil** – busca ampliação dos conceitos e efetividade nos avanços que levem crianças e adolescentes para a escola e as mantenham afastadas a inserção precoce no trabalho.

Segundo PNAD, das crianças e adolescentes com até 15 anos 3,9% estão trabalhando



Fonte: IBGE. PNAD 2001 -2012 reponderada.

Em 2013 havia 2,7 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos em situação de trabalho infantil no Brasil – 82% tinha entre 14 e 17 anos

Redução do trabalho infantil (em 1.000 pessoas) - Faixas Etárias



Fonte: IBGE. PNAD 2001 -2012 reponderada.

Em 2013, o trabalho infantil das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos na região Sul representava 14% do total do Brasil. Na região, aquelas com entre 14 e 17 anos correspondia a 83% do total

Evolução do Trabalho Infantil no Brasil e Região Sul					
2008 a 2013					
	5 a 13 anos	14 e 15 anos*	16 e 17 anos*	Total*	
2004					% 14 a 17 anos
Brasil	1.424.168	1.393.650	2.209.531	5.027.349	71,7
Região Sul	245.627	248.932	324.783	819.342	70,0
Paraná	92.170	94.184	126.056	312.410	70,5
Santa Catarina	49.501	59.397	79.778	188.676	73,8
Rio Grande do Sul	103.956	95.351	118.949	318.256	67,3
2008					
Brasil	929.618	1.169.674	2.008.539	4.107.831	77,4
Região Sul	111.141	175.876	326.095	613.112	81,9
Paraná	38.821	72.263	128.171	239.255	83,8
Santa Catarina	26.789	50.538	77.936	155.263	82,7
Rio Grande do Sul	45.531	53.075	119.988	218.594	79,2
2013					
Brasil	506.401	801.748	1.437.697	2.745.846	81,6
Região Sul	65.628	119.315	207.012	391.955	83,3
Paraná	24.512	42.316	71.718	138.546	82,3
Santa Catarina	4.714	30.300	42.425	77.439	93,9
Rio Grande do Sul	36.402	46.699	92.869	175.970	79,3
Variações 2008/13					
Brasil	-64,4	-42,5	-34,9	-45,4	
Região Sul	-73,3	-52,1	-36,3	-52,2	
Fonte: IBGE. Pnad.					
Nota: Foram excluídas situações de aprendizado para 14 e 15 anos e trabalho com carteira assinada e/ou aprendizado para 16 e 17 anos					

Na década, há diminuição contínua do número médio de horas trabalhadas, mas as jornadas crescem com o aumento da idade, mesmo entre os que frequentam escola

Jornada Média e Mediana de Ocupados que Frequentam Escola						
Unidades da Federação na Região Sul - 2013						
	5 a 13 anos		14 a 15 anos		16 e 17 anos	
	Horas		Horas		Horas	
	Média	Mediana	Média	Mediana	Média	Mediana
Brasil	15,57	15,00	21,05	20,00	26,51	25,00
Paraná	16,26	20,00	23,52	24,00	28,44	30,00
Santa Catarina	16,16	7,00	21,21	20,00	29,17	25,00
Rio Grande do Sul	13,09	10,00	19,32	20,00	25,95	24,00
Fonte: IBGE Pnad 2013.						

Até 15 anos o percentual dos que frequentam a escola supera a média nacional, mas a situação se inverte na faixa dos 16 e 17 anos

Frequência à Escola por Faixa Etária				
2004 - 2013				
	2004		2013	
	Brasil	Região Sul	Brasil	Região Sul
5 a 13 anos	94	96,3	97	98,6
14 e 15 anos	83	83,4	88	88,4
16 e 17 anos	69	72,1	73	71,6
Fonte: IBGE - PNAD 2013.				

- **Atividade agrícola elevada parcela do trabalho na área rural (municípios com menos de 20 mil habitantes):**
 - A maioria das crianças e adolescentes atuam em **empreendimentos familiares** em atividades não especializada;
 - No Rio Grande do Sul há números mais elevados inclusive para 5 a 13 anos

- **Atividade nos Serviços e nos comércio e oficinas de reparação** de veículos representam 55% das ocupações dos adolescentes no trabalho infantil na Região Sul
 - mais jovens **predominam nos empreendimentos familiares**, em geral em cômodo do domicílio, ou em atividades de rua;
 - Para adolescentes de 16 e 17 anos predomina o **assalariamento sem carteira de trabalho assinada com jornadas mais longas**

- Poucos conhecem a legislação brasileira sobre o impedimento de trabalho doméstico para adolescentes até 18 anos
- Nestas atividades predominam meninas!
- **Os serviços domésticos realizados para terceiros**, que são ocupação impedida para pessoas com até 18 anos, ocupam:
 - Sul - 9,0% dos adolescentes de 16 e 17 anos;

Considerações dos desafios do trabalho infantil

- Diminui a possibilidade de atuar com transferência de recursos;
- fundamental manter as ações de fiscalização do trabalho;
- O crescimento das redes de ensino e da assistência social tendem a ampliar seu papel;
- A **educação integral** e o **ensino técnico**, concomitante e subsequente, somados e a **capacitação em cursos com percursos mais curtos** são elementos fundamentais para diminuição do trabalho infantil dos adolescentes de 14 a 17 anos

Ampliação da Rede de Atendimento da Assistência Social

- No momento inicial, em 1997 - o PETI atingia apenas municípios com mais de 250 mil habitantes
- Até 2010 - O PETI era executado em 3.576 municípios.
- Em 2013 - Com o reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, 5.036 municípios passam a atuar com o PETI (incluindo Cras, CREAS e Entidades Privadas)
 - Pela incidência elevada do trabalho infantil, cofinanciamento ampliará equipes em 958 municípios em 2014

www.mds.gov.br/sagi/aplicacoes

SAGI

Secretaria de Avaliação e
Gestão da Informação

PERCENTUAL DE FAMÍLIAS
COM PERFIL PBF

196,96%

+ info

Fam. do PBF em mai/2014



NOTÍCIAS

13/05/2014 Pesquisa MUNC - Suplemento Assistência Social 2013 foi lançada dia 14 de maio pelo IBGE no Rio de Janeiro.

SABIA MAIS

O QUE VOCÊ ESTÁ PROCURANDO?



Limpar resultado da pesquisa
Busca incorreta

» FERRAMENTAS MAIS USADAS POR VOCÊ:

 RONI - Registro de Oportunidades, Notícias e Inovações

 Publicações, Censo Suas e Estudos Técnicos

 Pesquisas e Estudos de Avaliação

 Painel de Acompanhamento da Conjuntura e Programas Sociais

 Gerenciador de Conteúdo

 Ferramentas Informativas (necessário autenticação)

 Estudos Técnicos

 Boletim Especial - 10 anos SAGI

Visualização das ferramentas na página da SAGI/ MDS www.mds.gov.br/aplicacoes

The screenshot displays the SAGI (Secretariat of Evaluation and Information Management) website. At the top left, the SAGI logo is prominent, with the text 'Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação' below it. To the right, the text 'Gestão da Informação' is visible, along with three small 'A' icons. A search bar is located below the logo, containing the text 'MDS.gov.br' and 'Busca rápida'. The main content area is organized into several sections, each with a grey header and a list of tools or services. The sections are: 'Cidadão', 'Técnico e Pesquisador', 'Gestor Estadual e Municipal', and 'MDS'. Each section contains a grid of icons and text links to various applications and reports.

SAGI
Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

Gestão da Informação

MDS.gov.br Busca rápida

► Gestão da Informação

☰ Cidadão

- Localize Unidades e Equipamentos
- Data Social
- Livros, Revistas Técnico-Científicas e outras Publicações
- Relatórios de Informações Sociais - RI
- Mapa de Oportunidades e Serviços Públicos
- Painel de Acompanhamento da Conjuntura Social

☰ Técnico e Pesquisador

- MI Social
- Oficinas SAGI
- IDV - Identificação de Localidades e Famílias em Situação de Vulnerabilidade
- Tab Social - Aplicativo para Tabulação de Microdados

☰ Gestor Estadual e Municipal

- RENMAS
- Gestão SUAS

☰ MDS

- Assistência Social
- Ferramentas Informacionais (necessário autenticação)

I&K products: Organized, Relevant and Customized Social Data and Indicators at National, State and Local level in Web Tools to make easier to get relevant data

ds.gov.br/sagirmmps/METRO/metro_ds.php?p_id=70&p_ibge=2&p_search=

DataSOCIAL

Quantidade total de pessoas inscritas no Cadastro Único segundo cor ou raça

Clique na data para alternar entre Ano e Mês

02/2013

Localidade	Quantidade pessoas inscritas no CadÚnico de cor/raça branca	Quantidade pessoas inscritas no CadÚnico de cor/raça preta	Quantidade pessoas inscritas no CadÚnico de cor/raça amarela	Quantidade pessoas inscritas no CadÚnico de cor/raça parda	Quantidade pessoas inscritas no CadÚnico de cor/raça indígena
BRASIL	20.330.181	4.979.589	274.785	45.044.258	448.237
Maranhão	404.744	220.463	16.748	3.487.712	23.161
Piauí	254.179	139.300	13.770	1.577.814	2.177
Ceará	803.932	122.027	17.921	4.259.654	10.943
Rio Grande Do Norte	528.802	74.527	6.166	1.117.664	651
Paraíba	554.137	98.116	13.179	1.526.331	11.906
Pernambuco	1.191.908	243.546	20.514	3.376.050	29.936
Alagoas	268.062	76.160	8.851	1.533.818	7.330
Sergipe	161.345	63.302	5.340	934.113	2.131
Bahia	891.103	1.057.731	31.513	6.061.847	25.851

BRASIL SEM MISÉRIA

Mudar Localidade:

Brasil e Região: NORDESTE ▼

Estados: ESTADOS ▼

Digite os nomes ou parte dos nomes das localidades desejadas:

Filtrar Limpar

Ferramentas com Informações sobre mercado de trabalho - a cada três meses atualiza informações para os 27 estados e os 5.565 municípios

Município selecionado: SÃO GONÇALO DO GURGUÉIA/PI

PLANO BRASIL SEM MISÉRIA
no seu Município

↑ Página Inicial

Relatório Brasil Sem Miséria

Painel de Monitoramento

Cartilha Brasil Sem Miséria

Informes adicionais

Contatos

BOLETIM | MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

DADOS MUNICIPAIS **O BRASIL SEM MISÉRIA NO SEU MUNICÍPIO**

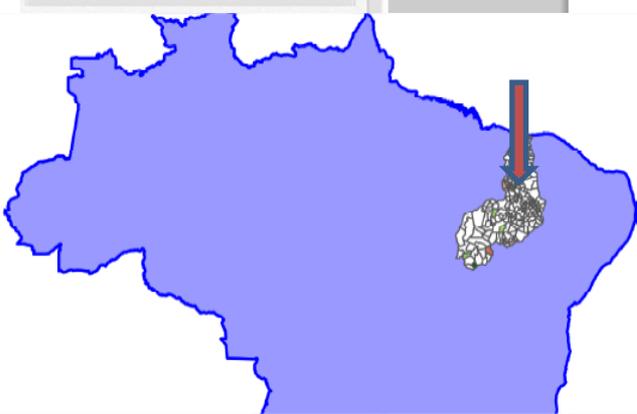
Município: SÃO GONÇALO DO GURGUÉIA / PI

O Plano Brasil Sem Miséria

O Plano Brasil Sem Miséria foi lançado em junho de 2011 com o desafio de superar a extrema pobreza no país. O público definido como prioritário foi o dos brasileiros que, a despeito dos avanços sociais e econômicos do país nos últimos anos, continuavam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda familiar mensal inferior a R\$ 70 por pessoa.

Considerando que a extrema pobreza se manifesta de múltiplas formas além da insuficiência de renda, o Plano foi estruturado em três eixos: garantia de renda, inclusão produtiva e acesso a serviços. São mais de 100 ações, programas e políticas distribuídas nos três eixos, que envolvem 22 ministérios. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) coordena o Brasil Sem Miséria. Todos os estados brasileiros aderiram ao Plano.

Mas, para que o Brasil Sem Miséria funcione de verdade, é fundamental que haja forte envolvimento dos municípios. Um dos motivos para a centralidade dos municípios é o Cadastro Único, porta de entrada para o Brasil Sem Miséria. Afinal, o responsável pelo registro das famílias no C.U. é o poder público municipal, que também tem papel de destaque no funcionamento das redes de saúde, educação e assistência social, essenciais para a superação da extrema pobreza.



BRASIL SEM MISÉRIA **SAGI** Sistema de Avaliação e Gestão Institucional Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome **BRASIL** 2013-2016 e País sem Pobreza

Ferramentas: Site para facilitar organizar os dados e relatórios da população mais pobres incluídas no Plano Brasil Sem Miséria e com informações de referenciamento para serviços locais de assistência social, educação, trabalho e saúde

PLANO BRASIL SEM MISÉRIA
no seu Município

Notícias
16/05/2013 [Novo Boletim para subsidiar a formulação de Plano Plurianual nos Municípios](#)

Escolha o **Estado** e depois o seu **Município**:

AC AL AM AP BA CE DF ES GO MA MG MS MT PA PB PE PI PR RJ RN RO RR RS SC SE SP TO

Regiões do Brasil

- Norte
- Nordeste
- Centro-Oeste
- Sul
- Sudeste

CARTA
aos prefeitos
clique e conheça

PLANO BRASIL SEM MISÉRIA **SAGI**
Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAIS RICO E NÃO SEM FOME

avascrypt:limpaIBGE0;pg_ini0;

Ampliação de oportunidades formativas - PRONATEC

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego criado, em 2011, com objetivos de:

- ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica;
- ampliar e diversificar a oferta de educação profissional e tecnológica gratuita no país;
- integrar programas, projetos e ações de formação profissional e tecnológica; e
- democratizar as formas de acesso à educação profissional e tecnológica para públicos diversos.

Iniciativas Pronatec

Expansão da Rede Federal

- Aumento da base instalada de unidades de ensino da Rede Federal de EPT.

Brasil Profissionalizado

- Construção, reforma e ampliação das redes estaduais de EPT.

Acordo de Gratuidade do Sistema S

- Ampliação da aplicação dos recursos do Sistema S, recebidos da contribuição compulsória, em vagas gratuitas.



Bolsa-Formação

- Expansão da oferta de cursos técnicos e FIC, utilizando a infraestrutura das unidades de ensino existentes.

E-Tec

- Oferta de cursos a distância para alcançar públicos não atendidos por unidades de ensino presencial.

Distribuição e Perfil PRONATEC

Distribuição territorial Pronatec BSM

Municípios em 2014

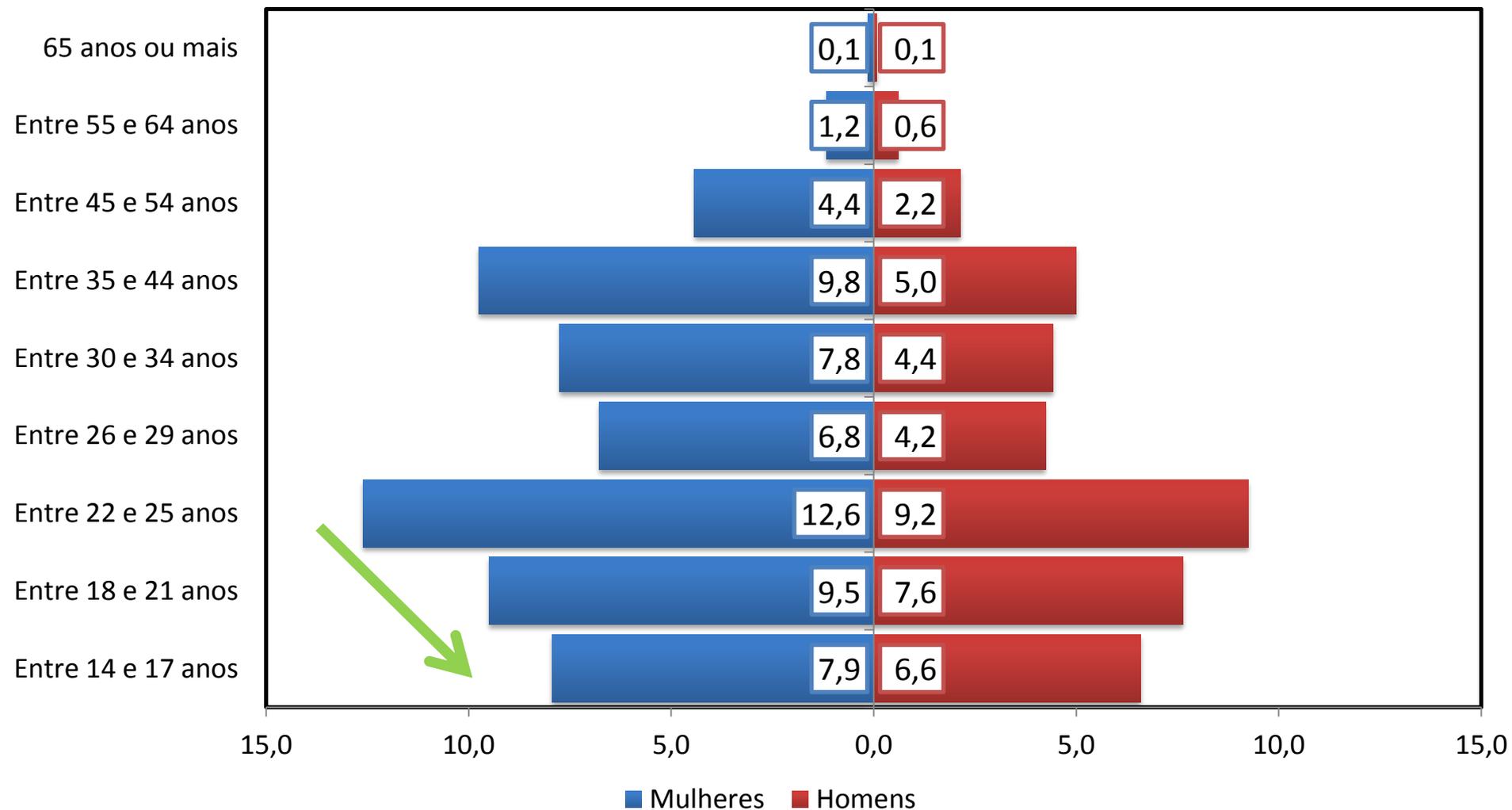
3179

Norte	8,6%
Nordeste	32%
Sudeste	24,1%
Sul	23,6%
Centro-Oeste	11,6%



Caracterização do público

Pirâmide etária dos indivíduos matriculados no PRONATEC- Bolsa Formação Brasil, 2014



PRONATEC – Jovem Aprendiz

- Prioridade está nas empresas que tem cotas determinadas a partir do tamanho da empresa,
- **possibilidade de micro e pequenas empresas que voluntariamente passem a atuar com esta modalidade de contratação.**
- Pronatec diminuiu custos de formação para o empregador (custos da formação são integralmente cobertos pelo PRONATEC).
- Lista TIP é um instrumento fundamental para guiar que tipo de atividade pode ser exercida: atividades nas áreas de comércio, administrativas, informática, receptivo e serviços de alimentação;

Obrigada

Paula Montagner

Paula Montagner@mds.gov.br